



LITIGÂNCIA CLIMÁTICA: ABORDAGEM JURÍDICA PARA RESPONSABILIZAÇÃO GOVERNAMENTAL NAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS E PREVENÇÃO DAS INUNDAÇÕES

Adriel Mafra Limas, Ricardo Stanziola Vieira

Direito - Teoria do Direito

A presente pesquisa teve como propósito analisar os impactos das inundações na sociedade e sua relação com o aquecimento global, apontando a litigância climática como um instrumento hábil para compelir a administração pública a adotar políticas públicas climáticas capazes de minimizar os impactos decorrentes desses eventos climáticos extremos. Inicialmente, foi apresentado o contexto do aquecimento global e dos eventos climáticos extremos, ressaltando o impacto global relacionado às mudanças climáticas, com uma análise da responsabilidade das nações pelas emissões de gases de efeito estufa. Em seguida, abordou-se a relação de causalidade entre o aquecimento global e as inundações, enfatizando os efeitos negativos concretos resultantes desses desastres hidrológicos, que vão desde impactos econômicos até a perda de vidas humanas. No terceiro tópico, procedeu-se à análise do direito dos desastres e ao papel crucial da administração pública na implementação de políticas públicas capazes de mitigar os riscos associados aos eventos climáticos extremos. A abordagem desse campo do direito destacou a responsabilidade do Estado em proteger a população e adotar medidas preventivas e de resposta eficazes para reduzir os impactos ambientais. Posteriormente, foi analisado o fenômeno da litigância climática, que emergiu como uma ferramenta para pressionar os governos a implementar políticas públicas climáticas adequadas por meio do Poder Judiciário, considerando os desafios inerentes à temática das mudanças climáticas. Foram investigadas suas origens e os argumentos utilizados para lastrear estas demandas jurídico-climáticas no Brasil. Ressaltou-se, contudo, a escassez de lides climáticas em trâmite no judiciário brasileiro, indicando, conseqüentemente, a necessidade dos atores públicos e privados litigantes de se socorrerem da vasta construção jurisprudencial internacional, incentivando, como corolário, o diálogo das cortes e o transjudicialismo. Portanto, este estudo contribuiu para uma análise aprofundada dos desafios jurídicos e sociais relacionados ao aquecimento global, às inundações e à litigância climática, dando ênfase à importância da atuação do Estado e do Judiciário na busca por soluções que conciliem a proteção ambiental e os direitos fundamentais da população em um cenário de constantes mudanças climáticas. Ao final, salientou-se que a pesquisa exige maior aprofundamento temático, uma vez que as Cortes de Justiça ainda receiam em adotar posturas proativas na tutela climática, mormente em razão da dificuldade de demonstração de nexo causal entre as emissões de gases de efeito estufa e as suas implicações diretas e indiretas aos direitos humanos, além do receio em invadir competências próprias dos Poderes Legislativo e Executivo, ferindo o princípio da separação dos poderes, bem como o princípio da reserva do financeiramente possível, que preceitua a discricionariedade do Poder Executivo para alocar o orçamento público e formular de políticas ambientais. Para realização da pesquisa, foram acionadas as técnicas do fichamento, do referente,



da categoria, dos conceitos operacionais.

Palavras-chave: Aquecimento global; Inundações; Litigância Climática

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI